

A CONTAÇÃO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Luiza Gonçalves da Silva¹

Gerlândia Beatriz Teobaldo de Oliveira²

RESUMO

O artigo apresenta o resultado de pesquisas bibliográficas sobre a contação de história na educação infantil, bem como sobre a história da infância e a educação infantil no Brasil, assim traremos uma breve discussão sobre esta temática. Analisaremos também a contação de histórias na educação Infantil a partir das observações feitas durante o estágio supervisionado III, em uma Creche Municipal de Campina Grande – PB, como também de pesquisa semi-estruturada com as professoras. A pesquisa foi realizada em turmas de berçário II e maternal I-A e I-B, focando nas interações professor-aluno e a contação de história. Tendo, como embasamento teórico, a legislação brasileira e pesquisadores como: ATHAYDE (2009), MACEDO (2011), COSTA e MONTENEGRO (2011), SOUSA e STRAUB (2014).

Palavras-chave: Criança, Educação infantil, Contação de história, Interação.

INTRODUÇÃO

A literatura infantil só foi possível ser criada para as crianças depois das mudanças relacionadas ao conceito de infância. Até o século XVII, na Europa, não haviam histórias produzidas e voltadas para este público, pois consideravam as crianças como adultos em miniatura. E por esse motivo, não necessitariam de tratamento especial ou produções destinadas a elas.

Já no Brasil, a literatura infantil só começou a ter produção nacional a partir da década de 30, com as obras de Monteiro Lobato. Resultado dessa mudança em relação às concepções de criança e de infância. Antes esta era trabalhada a partir de clássicos europeus, traduzidos para o português, de autores como os Irmãos Grimm.

Com isto, nosso trabalho tem como objetivo geral identificar como ocorre a contação de histórias na pré-escola e para alcança-lo temos como objetivos específicos: analisar a concepção de infância e criança; observar a interação professor-criança durante a contação de

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, luizagoncalvess2@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, gerlandiabto@gmail.com; (83) 3322.3222

história e investigar a escolha das histórias pelas professoras, como também sua intencionalidade.

Tendo como propósito abordar a contação de histórias na educação infantil de forma a analisar como acontece a relação entre as crianças e os(as) professores(as) na sala de aula, de acordo com o desempenho destes durante suas contações. Buscamos trazer também as contribuições da contação para a relação professor-criança, e qual o olhar que os(as) professores(as) tem em relação a este momento interacional.

Este artigo é, portanto, resultado de uma pesquisa exploratória, bibliográfica, de caráter qualitativo, e de entrevistas semiestruturadas Feitas aos professores em uma Creche Municipal de Campina Grande, Paraíba, com duração de 6 (seis) dias no período da manhã, em seis semanas, nas turmas de Berçário II e Maternal I-A e I-B. Tendo como embasamento teórico a legislação brasileira e pesquisadores como Athayde (2009), Macedo (2011), Costa e Montenegro (2011), Sousa e Straub (2014).

1. A INFÂNCIA E A EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história da infância ao longo dos séculos foi sempre marginalizada em vários aspectos, seja ele educativo, político, social, cultural e/ou econômico, relegando as a um papel quase esquecido. Por este motivo, há várias concepções de infância e como esta era retratada ao longo da história da humanidade.

Athayde (2009) afirma que para entendermos sobre a história da infância é importante que tenhamos esclarecidos os conceitos de criança e de infância. Para a autora (2009, p.20), “as crianças sempre existiram, desde os primórdios da humanidade, e a percepção de infância como construção social, data desde os séculos XVII e XVIII”. Por este motivo, a atenção voltada para as crianças, o estudo e o tratamento diferenciado para com elas é “recente”.

Podemos observar este interesse “recente” quando na Constituição Federal de 1988, a criança passa a ser uma cidadã em desenvolvimento, garantindo assim seu direito a educação. Direito este que em 1996, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei n. 9.394/96 –, vai estabelecer a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, estabelecendo também toda a educação brasileira como gratuita e de responsabilidade do Estado e da família, visando a formação plena dos cidadãos.

Estabelecem também no seu artigo 4º o “IV – atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a cinco anos de idade” (BRASIL, 1996). Ainda na LDBEN, são

estabelecidos objetivos para a Educação Infantil, tanto como sua finalidade e forma de avaliação:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na Educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental. (BRASIL, 1998).

Além da LDBEN há as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, da resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, estabelecendo no artigo 5º o que é a Educação Infantil, como esta pode se caracterizar e como vem a funcionar:

[...] primeira etapa da Educação Básica, é oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social.

§ 1º É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção.

§ 2º É obrigatória a matrícula na Educação Infantil de crianças que completam 4 ou 5 anos até o dia 31 de março do ano em que ocorrer a matrícula.

§ 3º As crianças que completam 6 anos após o dia 31 de março devem ser matriculadas na Educação Infantil.

§ 4º A frequência na Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula no Ensino Fundamental. (BRASIL, 2009)

Visto isto, podemos afirmar que no Brasil o interesse voltado para a educação de crianças, em faixa etária de 0 a 5 anos foi sendo melhor considerado nas últimas duas décadas ou menos, uma vez que a LDBEN data de 1996 e as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil datam de 2009, pouco menos de dez anos.

Macedo (2011, p. 13), ainda cita que a educação infantil “é uma ação social imbuída de sentidos e significados historicamente construídos”. Portanto, em consequência todo o tratamento voltado para os sujeitos que frequentam as creches e pré-escolas, foi mudando ao longo dos anos, resultado também da mudança em relação ao modo como a criança era vista na sociedade. Assim na atualidade, a criança conquistou que seus direitos sejam respeitados, devendo ser cuidada e educada.

2. A importância da contação de história na pré-escola

O(A) professor(a) como transmissor e mediador do conhecimento, exerce um papel fundamental e de importância no desenvolvimento da criança. Dado que ele(a) muitas vezes, será o responsável por possibilitar o desenvolvimento emocional, corporal e intelectual desta, já que na creche o horário é integral e as crianças passam o dia todo ou parte dele em sua presença. “E isto implica em projetos e propostas diferenciadas que atendam às suas necessidade de cuidado, de afeto, de brincadeiras, socialização e apropriação de cultura” (MACEDO, 2011, p. 22).

Portanto, é importante que se trabalhe o corpo inteiro das crianças através de estímulos e desafios para que haja a possibilidade dela desenvolver-se. Visto que, de acordo com Macedo (2011, p. 21):

Na educação infantil é importante tratar a criança em sua especificidade, levando em consideração sua vulnerabilidade, mas também sua capacidade de aprender inerente à todo ser humano. Neste caso, não deve haver oposição entre as categorias criança e aluno da instituição de educação infantil: é importante que haja ações educacionais e pedagógicas que visem a complementaridade destas duas dimensões, a criança em sua condição de infância e o aluno enquanto sujeito que precisa ser educado e cuidado.

Dessa maneira é necessário que antes de se trabalhar com a literatura infantil em sala, o(a) professor(a) observe o assunto que o livro irá trazer e se este é pertinente de ser lido para/com as crianças; se o livro pode ser lido para crianças com aquela idade e se as informações contidas no livro são comprovadas pelos campos de conhecimento. Para que assim não haja disseminação de informações errôneas e muito menos de ideias preconceituosas, que também possam vir a violar os direitos humanos.

É importante que o narrador da história antes de tudo, como afirma Simone Goh (2017), ao trabalhar com a literatura infantil, esteja ciente do objetivo, da situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade da história contada para as crianças. Para que dessa forma se torne um momento proveitoso para todos.

Assim, para que uma história realmente prenda a atenção da criança, deve entretê-la e despertar sua curiosidade, e para enriquecer sua vida deve estimular sua imaginação, ajudando-a em seu desenvolvimento intelectual, proporcionando-lhe mais clareza em seu universo afetivo, auxiliando-a a reconhecer mesmo de forma inconsciente alguns de seus problemas e oferecendo-lhe perspectivas de soluções, mesmo provisórias (COSTA e MONTENEGRO, 2011, p. 46)

Além disto, o ato de ouvir história é de grande importância para a estimulação da criança, pois este possibilita a construção de seus primeiros sentimentos, valores e ideias.

Referente à leitura de história no cotidiano das crianças, o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 143), afirma que:

A leitura de histórias é um momento em que a criança pode conhecer a forma de viver, pensar, agir e o universo de valores, costumes e comportamentos de outras culturas situadas em outros tempos e lugares que não é o seu. A partir daí ela pode estabelecer relações com sua forma de pensar e o modo de ser do grupo social ao qual pertence.

Sendo assim, ao trazer a contação de história para as crianças, estas estarão sendo estimuladas continuamente, o que ajuda no seu desenvolvimento. Deste modo é necessário que antes da leitura para e com as crianças, o (a) professor (a) conheça a história, utilizando também de recursos diversos, como acessórios, fantoches, encenações e caracterizações de personagem, para que o momento de interação prove ser envolvente, estimulante e não entediante.

Abramovich (1977) afirma ainda que ao escutar as histórias, as crianças se tornam capazes de experimentar e “sentir emoções importantes como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente o que as narrativas provocam em quem as ouve” (ABRAMOVICH, 1977, p. 17 *apud* SOUSA e STRAUB, 2014).

Além de desenvolver todos os aspectos citados acima, a contação de história possibilita que o professor possa trabalhar outras áreas do desenvolvimento da criança, como a psicomotricidade através da integração delas no processo de leitura da história e buscando também suas interações. Mas é necessário que ao longo de todo o processo o educador entenda o seu papel como formador e os métodos e metodologias que se possa utilizar para que esse processo de formação seja aproveitado ao máximo. E para isto,

A educação infantil precisa ser vista como um espaço de articulação de mente e corpos, das emoções e dos desejos. São crianças que estão construindo suas identidades e precisam encontrar uma escola agradável, espaço de cuidado e educação que lhes ajude a incorporar os conhecimentos culturalmente construídos além de possibilidades de produzir culturas, expressões simbólicas singulares da infância, utilizando-se de suas múltiplas linguagens (MACEDO, 2011, p. 21)

Costa e Montenegro (2011, p. 41), afirmam que a criança “ao vivenciar situações lúdicas no seu cotidiano, amplia as oportunidades não só de compreensão das próprias experiências, como também de progresso de pensamento”.

Portanto, ao se trabalhar a contação de histórias na educação infantil, possibilita a criança o melhor desenvolver de sua criatividade, sentimentos, emoções, motricidade e sua

interação com o mundo. Contribuindo, com a ajuda do(a) educador(a), para uma formação que trabalhe várias áreas do desenvolvimento da criança, para que esta aprenda a lidar tanto consigo mesma como com os outros a sua volta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento ao qual iniciamos as pesquisas, foi possível observar como algumas das professoras da Creche consideram o seu papel na formação das crianças e a sua importância, como também o tratamento que elas lhes reservavam na interação com eles.

No berçário II, foi possível observar algumas formas de estimular as crianças utilizadas pelas professoras, a exemplo da contação de histórias. Com músicas e histórias que envolvessem as crianças. Trouxeram também elementos à serem trabalhados durante a contação, como fantoches e bonecos. Além disso, foi notório ver que uma professora conhecia a história que estava contando, não sendo preciso ler no momento para saber do que se tratava a história, diferente das outras professoras observadas, o que possibilitou uma melhor interação professor-aluno.

Para a contação foram utilizados também por estas professoras artifícios que chamavam a atenção das crianças, mostrando imagens, mudando o tom de voz e envolvendo as crianças com ela, buscando que fizessem perguntas e respondessem algumas. Em um dia, trouxeram a história dos dentinhos, e no tempo que contava a história mostravam uma boca gigante, colocando as crianças para tocarem, perguntando-as e respondendo suas perguntas em relação a temática trabalhada.

No maternal I-A e no Maternal I-B, em relação a contação de história, vimos que as professoras não tinham a mesma desenvoltura que as professoras do Berçário II e não entendiam a importância da contação. Foi possível observar isto por que durante o momento de interação, ambas, mesmo em salas diferentes, contaram a história fora de ordem. Além disso, notamos que escolheram livros aleatórios da biblioteca, provando assim que não reservam um momento para a interação com o lúdico.

Ainda nos maternais observamos que o momento de interação com a história não foi muito proveitoso, devido ao fato que ambas as professoras queriam que as crianças ficassem caladas e sentadas durante a contação. Ação esta que ao não serem atendidas resultou na interrupção do momento lúdico, parando a história na metade ou até mesmo no início.

Fora desses momentos de observação, questionamos as professoras das três salas sobre o trabalho em sala com a contação de histórias, e como estas escolhiam e utilizavam elas na sala. A professora do berçário II, quando questionada, respondeu que todos os livros que ela levava para sala, antes era lido em casa para que aproveitasse melhor na interação. E ainda afirmou que:

“Como educadores temos um papel importante no desenvolvimento da criança. Na sua construção como cidadão e no seu processo de desenvolvimento. E com a contação de história eu vejo uma melhor forma para trabalhar tudo isso. É bem importante.”

Já as outras duas professoras, quando questionadas sobre a escolha dos livros, afirmaram que os pegam na biblioteca e leem somente na hora. E que são lidos para passar o tempo, ou a pedido das crianças. E ao final de cada momento de interação ainda buscam que as crianças realizem alguma atividade relacionada a temática do livro lido.

Além de todos estes questionamentos, observamos também que as crianças do berçário II, eram mais falantes e interagiam mais com as professoras do que as crianças dos Maternais. Representando para nós uma melhor interação que possa ser o resultado desta interação lúdica, quase que diária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este artigo afirmando que a contação de história na educação infantil contribui bastante para o desenvolvimento da criança. Desenvolvimento este que pode estar relacionado a vários aspectos, de valores e ideias, intelectuais, motores, emocionais, sentimentais e de criatividade. Contribuindo assim para uma melhor interação da criança com si mesma e com o mundo.

Mas esta contribuição só é possível quando os educadores conhecem sua importância e seus benefícios, para que dessa forma, possam aproveitar mais todas as oportunidades que aparecem durante este momento lúdico. Como afirmam Costa e Montenegro (2011, p. 46) ao citarem que: “É necessário que o/a professor/a demonstre interesse pelo livro/leitura em todos os momentos, para que sirva de exemplo a criança que é um imitador nato de atos e atitudes”.

Além de que, o momento de interação deve ser aproveitado ao máximo sempre buscando a interação com as crianças, sem as fazerem ficar quietas e caladas, mas instigando

o questionamento e a interação. É também a partir destes momentos no qual será tecido o modo como as crianças e o(a) professor(a) irão se relacionar no cotidiano.

De acordo com Costa e Montenegro (2011, p. 47) “é na interação, com qualquer forma de literatura que o individuo tem a oportunidade de ampliar, transformar e enriquecer sua experiência de vida”. Portanto, como educadores(as), nos tornamos responsáveis pelo desenvolvimento das crianças e para isto, devemos buscar de vários métodos e metodologias para que este desenvolvimento aconteça. E a contação da historia poderia ser um deles, senão um dos principais.

REFERÊNCIAS

ATHAYDE, Selma C. R. A infância e suas concepções na sociedade e na educação infantil. In: A criança e as múltiplas linguagens na Educação Infantil./ Evangelina Maria Brito de Faria (Organizadora) – Joao Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 2009.

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação Básica, Secretaria de educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil. Brasília: MEC, SEB, 2010.

CALLEGARI, Cesar. RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acessado em: 30 de nov de 2018.

COSTA, Efigênia M. D.; MONTENEGRO, Fabrícia de S. Prática docente x prática pedagógica na educação infantil. In: BARBOSA, Rita C.; AFONSO, Maria A. V.(Orgs.). EDUCAÇÃO INFANTIL: das práticas pedagógicas às políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

GOH, Simone S. Textualidade da Literatura infantil. In: Revista: Conhecimento Prático - Literatura , v. 1, p. 14-23, 2017.

MACEDO, Lenilda C. de. EDUCAÇÃO INFANTIL: das práticas pedagógicas às políticas públicas das In: BARBOSA, Rita C.; AFONSO, Maria A. V. (Orgs.). EDUCAÇÃO INFANTIL: das práticas pedagógicas às políticas públicas. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SOUSA, Franciele R.; STRAUB, Sandra L. W. A arte de contar histórias na educação infantil. In: Revista Eventos Pedagógicos. V.5, n.2 (11. Ed.), número singular, p. 122 – 131, jun./jul. 2014.